

GESTÃO – BIÊNIO 2023/2025



RELATÓRIO **de**  
**ATIVIDADES**

20  
23



**PODER JUDICIÁRIO**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**  
**ESTADO DO TOCANTINS**

# SUMÁRIO

MENSAGEM DA CORREGEDORA-  
GERAL DA JUSTIÇA

04

01

APRESENTAÇÃO

06

02

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA  
CORREGEDORIA

11

03

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

13

04

ORÇAMENTO 2023

15

05

A ESTRATÉGIA DA CORREGEDORIA

17

06

DA ATIVIDADE CORRECIONAL

26

07

DO SERVIÇO EXTRAJUDICIAL

29

<b>08</b>	<b>ADOÇÃO E ACOLHIMENTO</b>	<b>36</b>
<b>09</b>	<b>AÇÕES SOCIAIS, INCLUSÃO E QUALIDADE DE VIDA</b>	<b>41</b>
<b>10</b>	<b>DO PLANO DE CAPACITAÇÃO</b>	<b>43</b>
<b>11</b>	<b>CGJUS EM NÚMEROS</b>	<b>45</b>
<b>12</b>	<b>COMISSÕES, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO</b>	<b>51</b>
<b>13</b>	<b>ENCONTROS, EVENTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>53</b>
<b>14</b>	<b>ATOS NORMATIVOS 2023</b>	<b>56</b>
	<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>58</b>
	<b>QUADRO DE SERVIDORES DA CGJUS</b>	<b>59</b>





Clique aqui e veja  
a fala da Corregedora



No dia 1<sup>a</sup> de fevereiro eu assumi a Corregedoria-geral da Justiça do Estado do Tocantins (Biênio 2023-2025) ao lado da vice-corregedora, desembargadora Jacqueline Adorno, a quem expressei meus profundos agradecimentos, com o compromisso de dedicar-me à missão institucional de promover o aperfeiçoamento permanente dos serviços prestados ao cidadão.

Em meu discurso de posse, destaquei o papel da Corregedoria na orientação, fiscalização, conhecimento e estímulo à inovação e às boas práticas; assim como sua importante atuação em áreas afetas à regularização fundiária, adoção e promoção da cidadania. Frisei também o diálogo e a transparência como pilares essenciais para a condução dos trabalhos, me colocando à inteira disposição da magistratura tocantinense, dos servidores, delegatários dos cartórios extrajudiciais e advogados.

E foi assim que trilhamos a nossa jornada até aqui. Dando continuidade ao profícuo trabalho já realizado pelos meus pares ao longo das últimas gestões, afirmo com muito orgulho que o ano de 2023 se findou com um balanço extremamente positivo, motivados a seguir com a importante missão institucional de busca permanente do aprimoramento e da efetividade dos serviços prestados pelo Judiciário a toda a população, de modo a garantir os direitos do cidadão e contribuir para a pacificação social.



**Desembargadora MAYSA VENDRAMINI ROSAL**

Corregedora-Geral da Justiça







O presente relatório registra as principais realizações da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins no decorrer do ano de 2023, coordenado pela Corregedora-Geral, Desembargadora Maysa Vendramini Rosal.

Com a atribuição precípua de exercer a vigilância, controle, planejamento, supervisão, orientação e fiscalização disciplinar dos serviços judiciários do primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como dos serviços notariais e de registro em todo o Estado, a Corregedoria atuou nas 36 Comarcas instaladas e em 256 Serventias Notariais e de Registro do Estado, aproximando-se do primeiro grau, priorizando ações que contribuíssem para a entrega dos serviços administrativo, judicial e extrajudicial ágeis, eficientes e confiáveis, através da aplicação de instrumentos de participação, diálogo e valorização de magistrados e servidores, guiados pela comunicação direta e próxima do primeiro grau.

Diversas ações foram empreendidas neste ano, notadamente no acompanhamento, orientação e auxílio às unidades jurisdicionais com maior dificuldade no cumprimento dos prazos dos atos judiciais e metas do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de reduzir os acervos processuais

e cumprir as metas estipuladas para o ano.

A Corregedoria-Geral da Justiça percorreu 13 comarcas em 2023 para realização da Correição Geral Ordinária, e objetivando ampliar o diálogo com servidores, magistrados e delegatários dos serviços extrajudiciais, em todos os fóruns foram realizadas reuniões setoriais para ouvir as demandas e conhecer as realidades locais.

Na garantia de direitos fundamentais e na promoção da cidadania, estabeleceu o Programa de enfrentamento ao sub-registro civil e o acesso à documentação básica por pessoa vulnerável através do projeto Registre-se, realizado em Palmas/TO; o Registro Itinerante, tendo como piloto o distrito da Comarca de Natividade, Santa Rosa, cuja população engloba comunidades quilombolas; e o projeto de Cidadania nos Presídios, também como piloto nos presídios masculino e feminino da capital.

Como responsabilidade social e garantia da efetivação do direito à moradia, fortaleceu o Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária - NUPREF, fomentou as parcerias com os municípios e cartórios extrajudiciais do Estado do Tocantins, promovendo a entrega, em 2023, de mais de 6 mil títulos registrados; realizando seminários com disseminação da regularização urbana e rural; realização de



audiências públicas e ampla participação das comunidades e demais agentes envolvidos no programa de regularização, com garantia de que todos sejam consultados e de que o processo transcorra de forma transparente, mediante procedimentos simples, claros, acessíveis e compreensíveis para todos.

A evolução no sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais – GISE, notadamente no projeto de desenvolvimento e implementação de solução tecnológica (API) para viabilizar a correição remota nas serventias extrajudiciais, bem como no projeto Moderniza Extrajudicial, que visa digitalizar o acervo físico de unidades extrajudiciais deficitárias e equipá-las a fim de implantar de forma inovadora a correição virtual nos serviços extrajudiciais do Estado do Tocantins, são dignas de menção pelo potencial que possuem em aprimorar os serviços extrajudiciais no Estado.

O GISE foi reconhecido como boa prática em duas premiações nacionais em 2023, sendo uma ferramenta que permite a centralização dos dados e informações dos 256 cartórios extrajudiciais do Estado, contendo 55 milhões de atos praticados e 1.115.038 arquivos armazenados.

Importante registrar a representatividade da arrecadação dos serviços extrajudiciais ao Funjuris, que atingiu, em 2023, mais de 70%

de todo valor estimado a ser arrecadado pelo Fundo no ano.

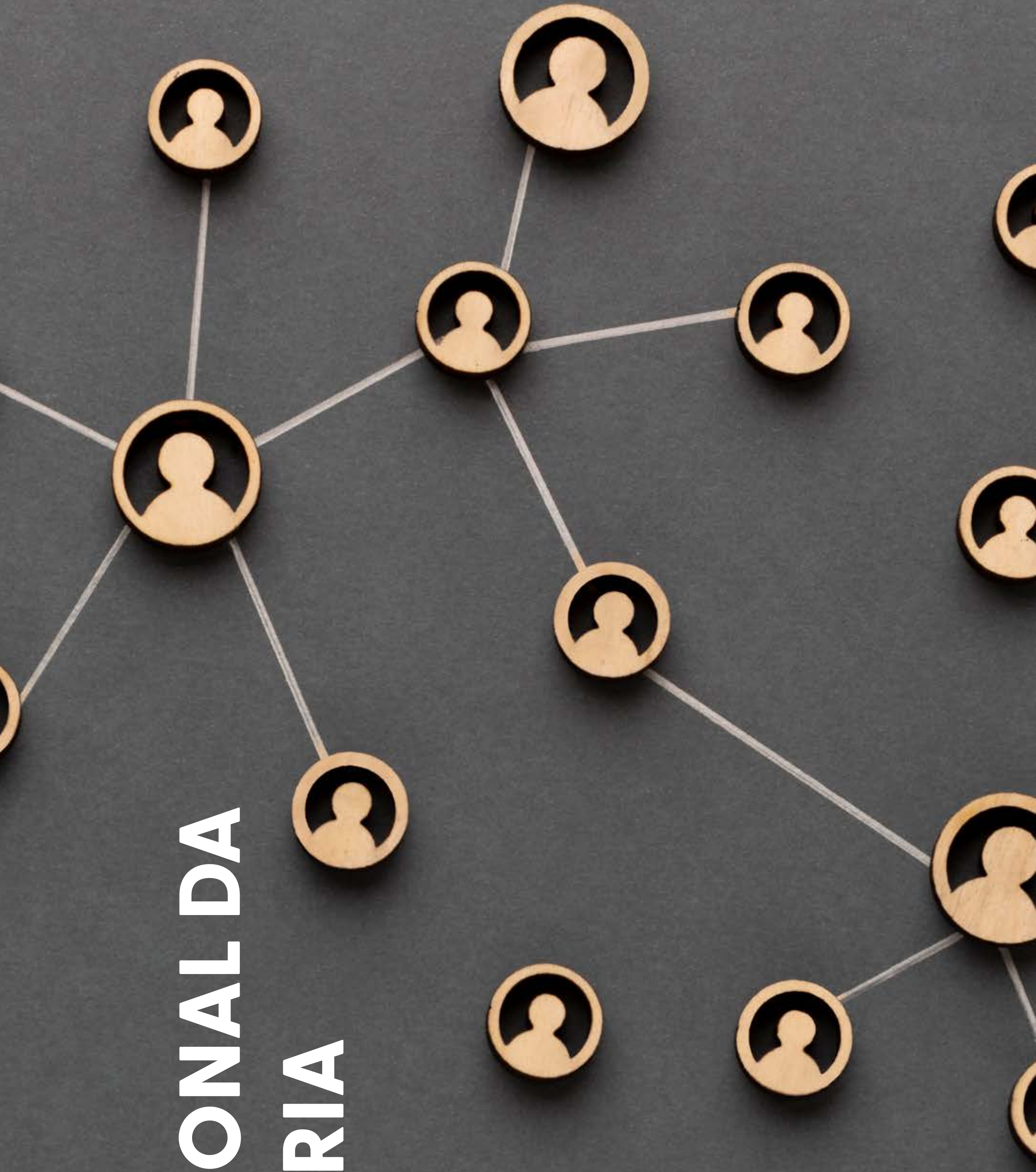
Na responsabilidade socioambiental, a Corregedoria-Geral da Justiça promoveu, além do monitoramento, a gestão do consumo de água, energia elétrica e de resíduos sólidos, promoveu palestra e coordenou a destinação de bens apreendidos na Comarca de Colinas.

As ações delineadas nesta apresentação, são algumas das importantes iniciativas empreendidas durante o ano de 2023, pois uma visão completa e detalhada da totalidade das atividades desempenhadas por este Órgão Censório somente poderá ser extraída da análise completa deste relatório.

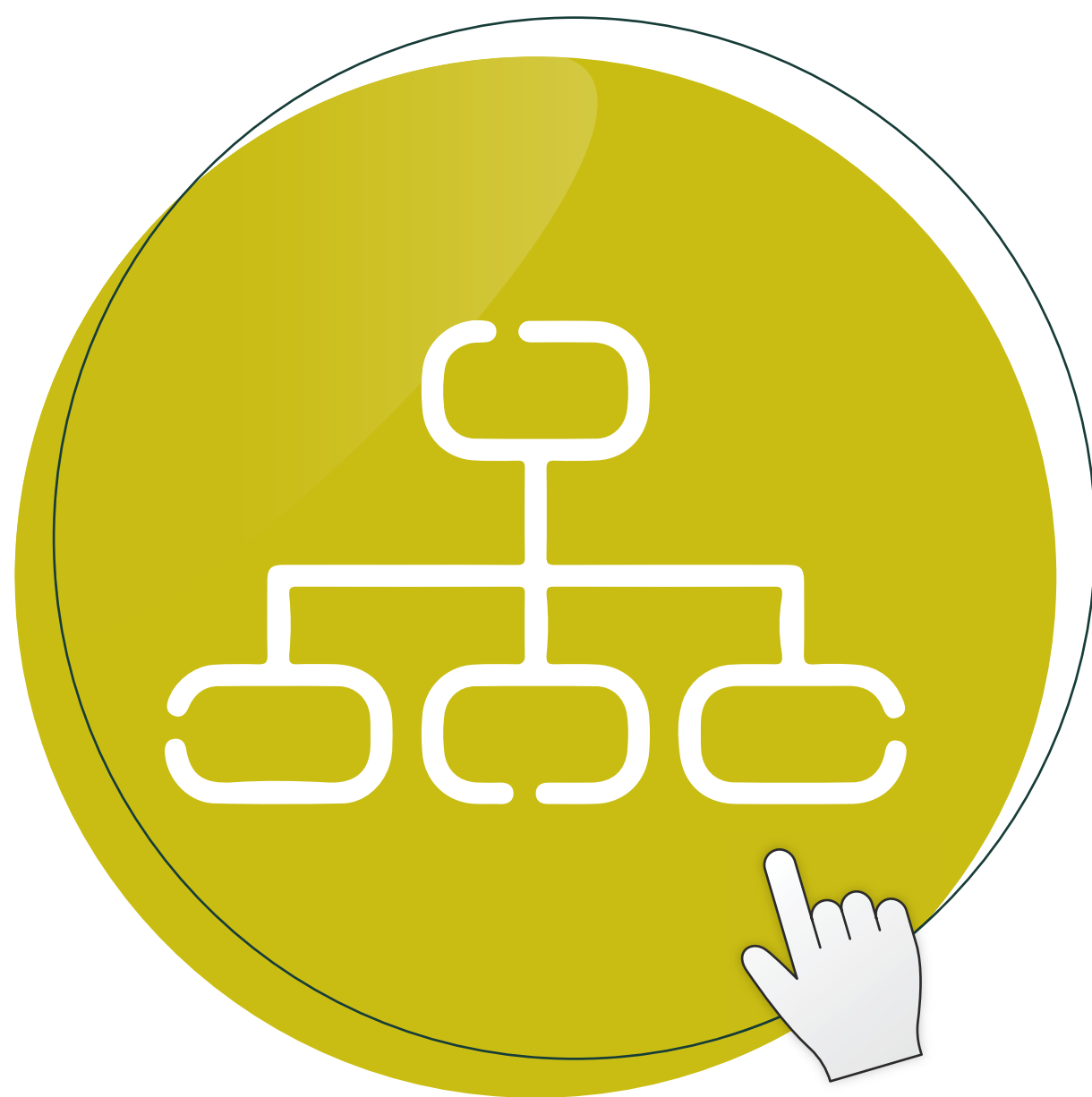
Por fim, as conquistas alcançadas 2023 pela Corregedoria são frutos da parceria e apoio recebidos pelos(as) Desembargadores (as), Juízes (as) e servidores (as), sem o qual muito pouco teria sido realizado.



# ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CORREGEDORIA



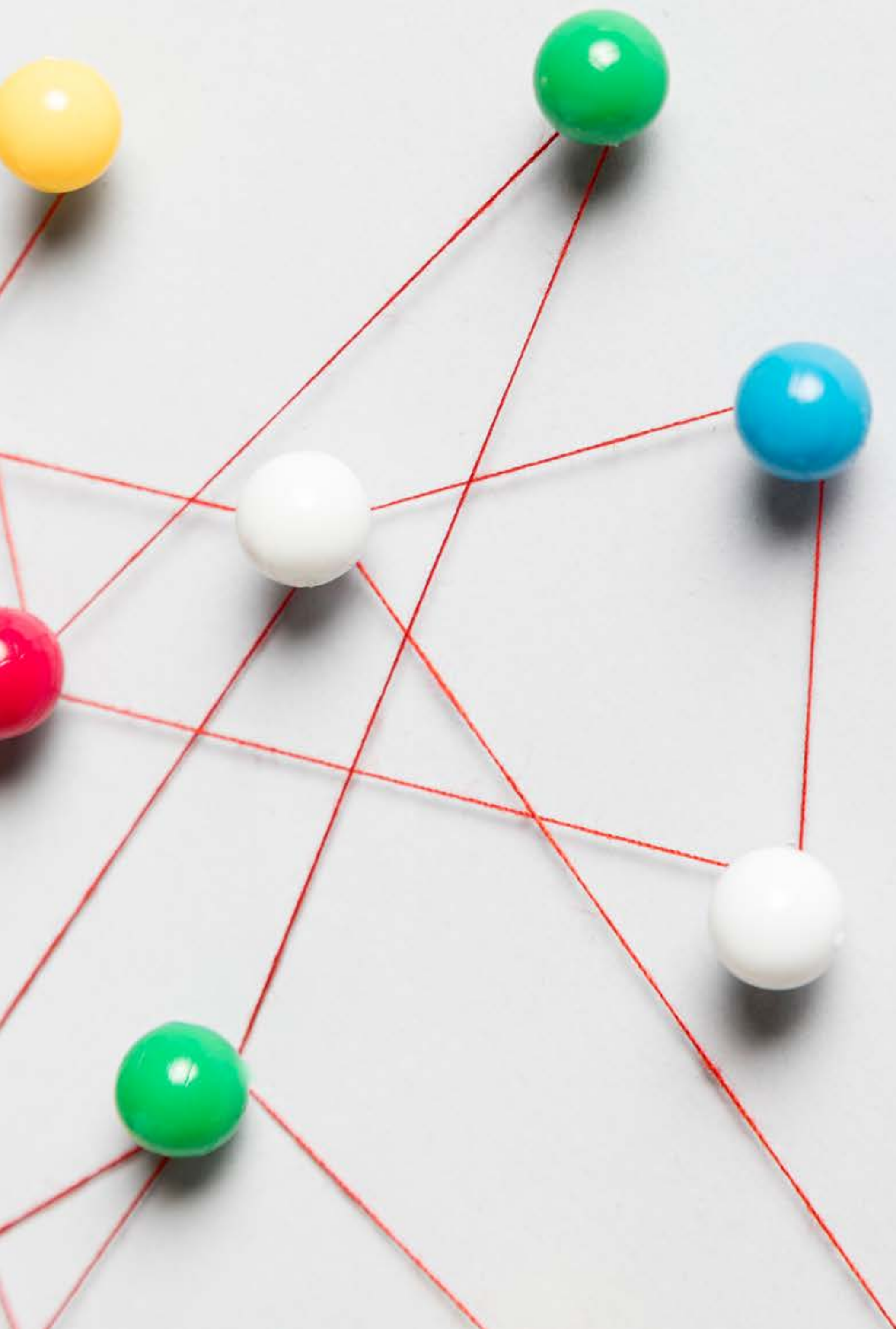




Clique aqui e veja o  
Organograma da CGJUS



3



**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**





Clique aqui e veja o Mapa Estratégico da CGJUS





# ORÇAMENTO 2023

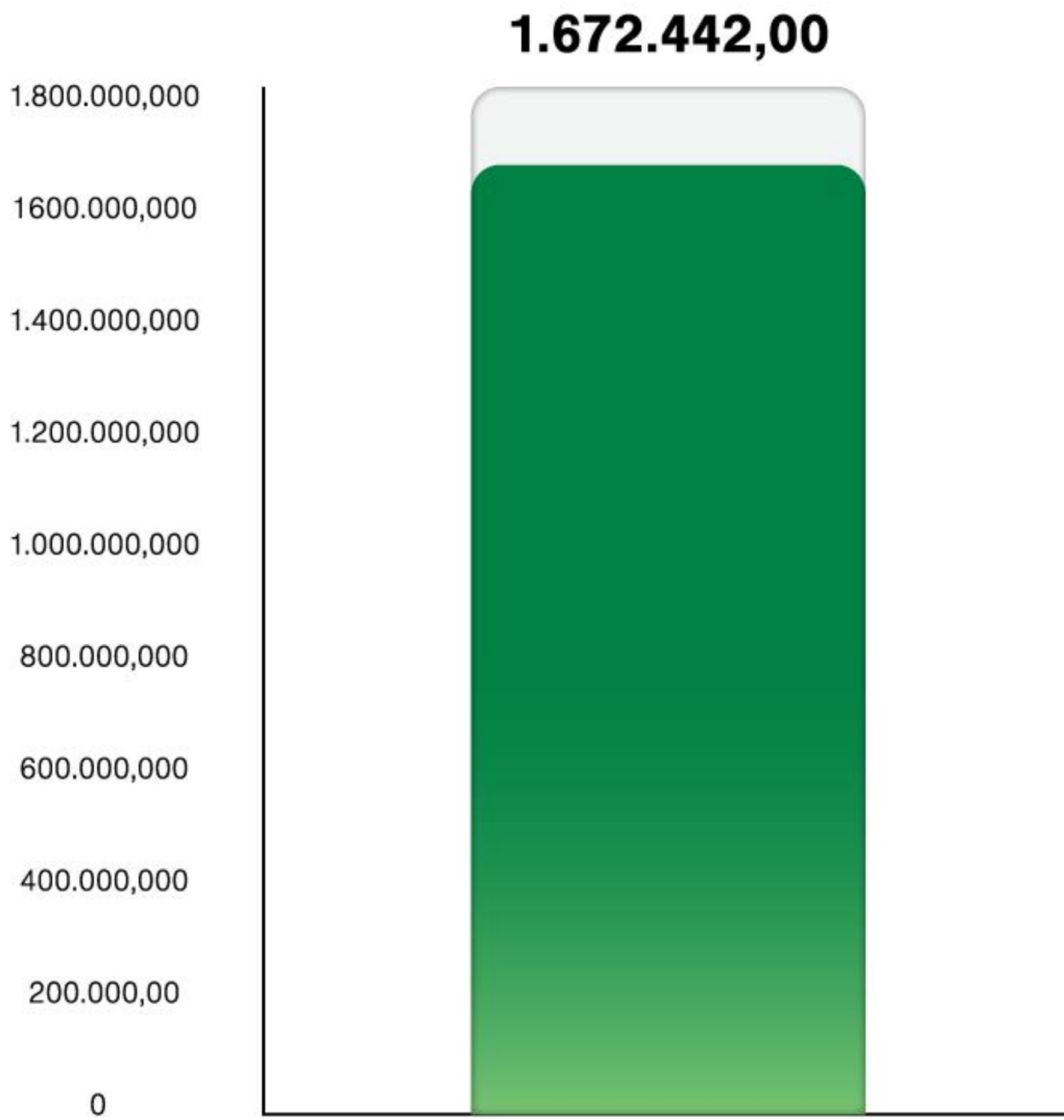
# 4





## Orçamento

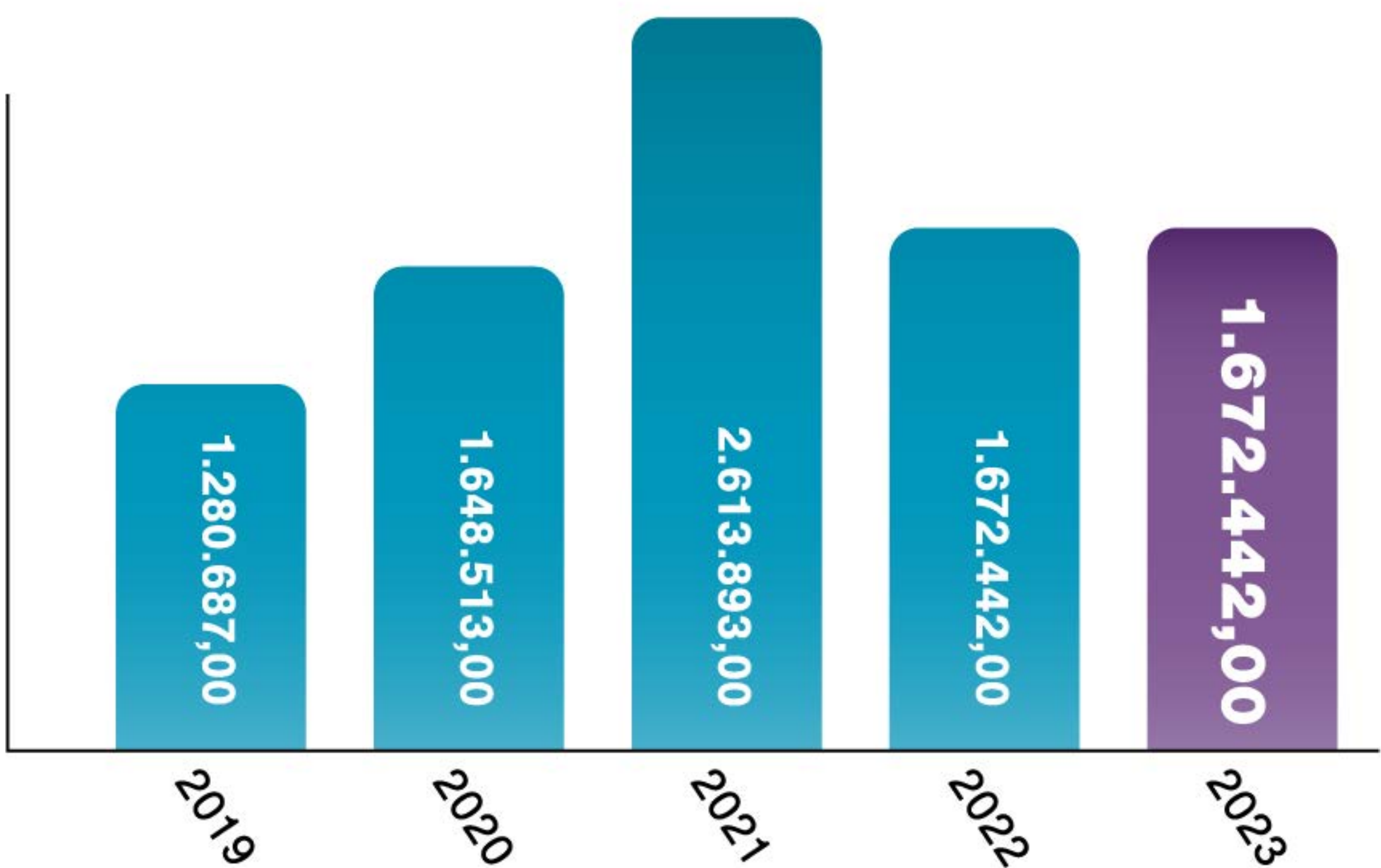
2023



## 4.1 Projeção Orçamentária

### Orçamento Total

2023





# A ESTRATÉGIA DA CORREGEDORIA



53



Alinhado ao Planejamento Estratégico da Corregedoria-Geral da Justiça para o sexênio 2021-2026, o Plano de Gestão 2023/2025 foi composto por 62 Metas, 16 indicadores e 12 macrodesafios. Todos os projetos e ações estratégicas foram elaborados com base em três perspectivas (sociedade; processos internos; e aprendizado e crescimento) e se fizeram necessários visando o cumprimento da missão institucional de “orientar, apoiar e fiscalizar a atividade judicial e extrajudicial na busca permanente do aprimoramento e da efetividade da prestação jurisdicional”.

Clique aqui e confira as Metas do Plano de Gestão





## 5.1 Fortalecimento da Estratégia de Comunicação da Corregedoria

Em 2023 houve expressivo fortalecimento e ampliação da comunicação junto aos públicos internos e externos, guiado, sobretudo, pelo Planejamento Estratégico de Comunicação do biênio 2023-2025, que tem como objetivo facilitar a comunicação interna e externa; fortalecimento da imagem institucional da Corregedoria; a promoção da transparência e aproximação com a sociedade, ampliando o diálogo por meio de linguagem simples e acessível, e ainda, com vistas ao intercâmbio de conhecimentos e informações de forma fluida e contínua; além de fortalecer as ações de endomarketing, com foco na valorização da força de trabalho, em especial, magistrados e servidores de 1º grau, e titulares de cartórios extrajudiciais, e o incentivo às boas práticas.

A promoção da acessibilidade comunicacional da Corregedoria com a sociedade e internamente fomenta um diálogo cada vez mais direto, humanizado e transparente, e para isso foram realizadas ações inovadoras, como:



## PÍLULAS DO CONHECIMENTO

Conteúdos instrucionais disponibilizados em vídeos curtos para promover o nivelamento do conhecimento e aprimorar a gestão de processos e rotinas.

## O FORTALECIMENTO DAS REDES SOCIAIS

Com foco na comunicação externa, a conta da Corregedoria no Instagram ganhou 361 novos seguidores em 2023, tendo sido feitas 3.178 publicações, entre postagens no feed, reels e stories. Destaque para o quadro Por Dentro da CGJUS, lançado no segundo semestre visando ampliar o conhecimento da população sobre a atuação da Corregedoria.

Em 2023, a CGJUS também esteve presente no YouTube, em playlist no canal do TJTO.

## LISTAS DE TRANSMISSÃO DO WHATSAPP

Canal de comunicação direto com o público interno para divulgação de notícias e informações relevantes aos servidores.

A lista de transmissão também foi implementada em nível externo, para contato com a imprensa.

## BOLETINS SEMANAIS

Compilado das notícias da semana, o boletim enviado pelo WhatsApp facilita o compartilhamento de informações com o público interno, de modo a aprimorar a comunicação interna.

## **AGENDA SISTEMATIZADA DE REUNIÕES**

Implantada em 2023, a agenda sistematizada facilitou a organização das reuniões internas, com foco no aumento da produtividade e racionalização do tempo.

## **PRODUÇÃO DO PODCAST “A CGJUS TÁ ON”**

Aproveitando o alcance deste canal de comunicação, o podcast da CGJUS tem a missão de ampliar o diálogo com o cidadão, facilitar a compreensão das pessoas a respeito do trabalho da Corregedoria e garantir mais transparência e acesso a informações. Os programas, em vídeo, ficam armazenados na playlist da CGJUS canal do TJTO no YouTube e são divulgados no site e nas redes sociais da Corregedoria. Em 2023, até outubro, foram 17 episódios.

## **DIVULGAÇÃO DA ESTRATÉGIA**

Implantada em 2023, essa ação visa ampliar a divulgação do Planejamento Estratégico do órgão por meio da indicação, no site, do macrodesafio que cada assunto abordado nas notícias cumpre. Em 2023, até outubro, foram produzidas 372 matérias no portal da CGJUS.



## 5.2. Aprimoramento da Atuação da Corregedoria na Regularização Fundiária

A Corregedoria-Geral da Justiça, através do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (NUPREF), instituído e regulamentado pelo Provimento nº 05/2018/CGJUS/TO, atua na prevenção de conflitos fundiários não judicializados.

A atuação nesta área se dá em cooperação com os municípios tocantinenses, visando o auxílio técnico, jurídico e administrativo, garantindo, portanto, a segurança jurídica de todo o processo de regularização fundiária, e em 2023, conta, até o momento, com 119 municípios cooperados dos 139 municípios do Estado.

### TERMOS DE COOPERAÇÃO CELEBRADOS EM 2023

Ipueiras

Juarina

Aliança do Tocantins

Itacajá

Brasilândia do Tocantins

São Bento do Tocantins

Bernardo Sayão

Couto Magalhães

Santa Rita do Tocantins

Barrolândia

Aparecida do Rio Negro

Ainda neste ano, foram realizadas 11 audiências públicas nos municípios e entregues 6.157 títulos à população tocantinense, que representou 48% do total de títulos entregues em apenas um único ano (2023), desde a instituição do Núcleo.



Com a criação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Ambiental e Fundiário – CEJUSCAF, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, 19 processos dessa natureza tramitam no Centro, com o objetivo de estimular e promover a mediação judicial relacionada à regularização ambiental e fundiária, urbana e rural.

Ademais, a Corregedoria, em cumprimento aos Provimentos nº 144 e 145 do Conselho Nacional de Justiça, realizou a Semana Nacional de Regularização Fundiária (Solo Seguro), entre os dias 29/08 a 01/09/2023, tendo um público de 3.223 pessoas presentes em eventos voltados às ações de regularização fundiária, ocasião em que ocorreram:



- ✓ 3.523 títulos entregues em 11 municípios distribuídos pelo Estado;
- ✓ 2 audiências públicas realizadas;
- ✓ 3 seminários em instituições de ensino superior (IES);
- ✓ 1 capacitação de cadastro socioeconômico;
- ✓ 2 mutirões de cadastro socioeconômico e
- ✓ 2 assinaturas de Termo de Cooperação com municípios,

O “Prêmio Solo Seguro” foi inserido no contexto do Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, visando dar celeridade às medidas relativas à Regularização Fundiária Urbana (Reurb) e rural. Na sua primeira edição, a iniciativa buscou distinguir práticas inovadoras e de sucesso que contribuíram para o aprimoramento do combate às ocupações clandestinas e para titulação dos proprietários de áreas urbanas e rurais, e desse modo, a Corregedoria Nacional de Justiça concedeu o referido Prêmio em reconhecimento das ações realizadas pelo Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária.

Outra ação importante foi a realização do “Seminário sobre Regularização Fundiária e Serviços Extrajudiciais de Registro Imobiliário”, parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense para

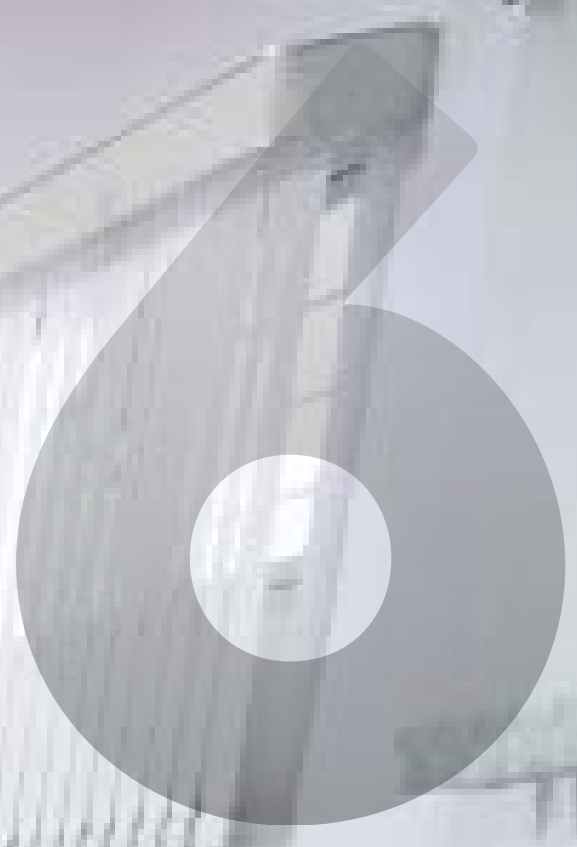
compartilhamento de conhecimento sobre regularização fundiária.

Demandas importantes estão em andamento para o significativo aprimoramento da regularização fundiária no Judiciário Tocantinense, vejamos:

- ✓ Criação da Câmara Técnica de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários no âmbito do Judiciário;
- ✓ Minuta de Resolução que Regulamenta a Edição de Enunciados Administrativos;
- ✓ Estruturação administrativa e de pessoal do NUPREF;
- ✓ Protocolo de Intenções com a UFT;
- ✓ Protocolo de Intenções com o IAC/UFT - Instituto de Atenção às Cidades;
- ✓ Protocolo de Intenções com a SPU;
- ✓ Termo de Parceria com a Defensoria Pública para regularização dos Territórios Quilombolas do Jalapão;
- ✓ CCF - Comissão de Conflitos Fundiários (adequação da Portaria/TJTO nº. 2692/2022 a Resolução/CNJ 510);
- ✓ Minuta de Provimento para institucionalizar o Plano de Trabalho das demandas do Coqueirinho/Tiúba (CNJ).



# DA ATIVIDADE DE CORRECCIONAL



A correição ordinária consiste na fiscalização periódica e previamente anunciada, presencial ou virtual, nas unidades judiciárias, administrativas, estabelecimentos em que houver recolhimento de presos ou adolescentes em conflito com a lei, entidades de acolhimento e estabelecimentos de cumprimento de medidas de segurança e nas unidades extrajudiciais do Estado.

Tem por finalidade fiscalizar a correta aplicação das normas e procedimentos previstos em leis e normas regulamentares da Corregedoria Geral da Justiça, do Conselho Nacional de Justiça e do próprio Tribunal de Justiça, que visam orientar e sugerir melhores alternativas diante de situações de problema ou de situações que permitam uma evolução da forma de trabalho das unidades.

As correições ordinárias programadas para o biênio nas unidades extrajudiciais e judiciais e administrativas de 1ª instância estão estabelecidas no inciso VII do artigo 5º do Regimento Interno deste Órgão Censório (Resolução nº. 8/2021), que determina a realização de correições nas comarcas do Estado do Tocantins, de forma a assegurar que cada comarca seja correccionada ao menos uma vez a cada dois anos.



Neste sentido, a Corregedoria-Geral da Justiça expediu a Portaria nº 268/2023 (Judicial e Administrativa) e Portaria nº. 259/2023 (Extrajudicial) que estipularam o calendário das Comarcas a serem correccionadas e o período estimado para sua execução em 2023.

Ao todo foram 13 Comarcas correccionadas em 2023 e 110 Serventias Extrajudiciais, conforme quadro:





# DO SERVIÇO EXTRAJUDICIAL



7



A arrecadação das receitas advindas das atividades dos serviços extrajudiciais contribui sobremaneira na arrecadação total do Fundo de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário – Funjuris, fundo vinculado e gerido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Em 2023, a arrecadação do extrajudicial representou ao Funjuris um incremento de R\$ 68.482.923,77, sendo toda a receita arrecadada nos fundos vinculados (FUNCESE, FUNCIVIL e FUNJURIS) o valor no ano, de R\$ 93.030.689.

Abaixo segue a arrecadação histórica do extrajudicial ao Funjuris, realizada entre os anos de 2011 à 2023, cujo crescimento é constante ano após ano, com estimativa de concluir o ano de 2023 com a arrecadação ao Funjuris na ordem de R\$ 74.708.644,11.

[Clique aqui e confira a Arrecadação do FUNJURIS](#)



Ademais, cabe informar que foram apreciados pela Comissão Permanente de Assuntos Notariais e Registros – CPANR o quantitativo de 07 processos, até setembro/2023.

## 7.1 Do Concurso Público para Outorga de Delegação de Serventias Extrajudiciais de Notas e de Registro

O concurso é realizado e aplicado pela Comissão de Concurso Público do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que tem como presidente o Desembargador Adolfo Amaro Mendes, e como banca organizadora o Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul (IESSES).

São ofertadas 51 vagas, sendo 34 para ingresso por provimento e 17 para ingresso por remoção. As vagas são para 25 comarcas, sendo elas: Novo Acordo, Palmas, Araguatins, Gurupi, Augustinópolis, Dianópolis, Pedro Afonso, Colinas do Tocantins, Ananás, Miranorte, Ponte Alta do Tocantins, Guaraí, Arraias, Miracema do Tocantins, Filadélfia, Xambioá, Paraíso do Tocantins, Tocantinópolis, Porto Nacional, Figueirópolis, Cristalândia, Aurora do Tocantins, Natividade, Itacajá e Taguatinga.

O concurso encontra-se em fase de realização de sessão pública para a escolha dos serviços (serventias vagas para o concurso), cuja sessão foi estabelecida para o dia 27/11/2023. Na sequência, o ato de outorga será expedido pela Presidente do Tribunal de Justiça, em sessão solene a realizar-se no dia 9/01/2024, momento em que o ato de investidura (posse) será formalizado na mesma ocasião, perante a Corregedoria-Geral da Justiça.





## 7.2 Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais – GISE

Iniciado em 2012, por iniciativa do Tribunal de Justiça do Tocantins em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça, o GISE surgiu a partir da necessidade de ampliar o controle da arrecadação e dos atos notariais e registrais praticados pelas serventias extrajudiciais do Tocantins, garantindo segurança jurídica e melhor gerenciamento de todas as serventias.

O sistema centraliza e integra, em uma única plataforma, todos os dados das 256 serventias extrajudiciais do Estado, contendo 55 milhões de atos praticados e 1.115.038 arquivos armazenados, de modo a promover apoio célere à fiscalização e arrecadação.

A ferramenta está integrada ao “gov.br” e à Receita Federal, para envio de informações fiscais; empresas de automação cartorária, que viabiliza a utilização do Selo Digital pelas serventias; provedor de pagamentos;

e Associação Tocantinense de Municípios, promovendo a transparência junto aos representantes dos municípios.

A ferramenta se destaca em relação à sua integração e centralização de todos os dados e informações que envolvem os cartórios extrajudiciais do Estado, também pelos diversos módulos que possui, como: de registro funcional, de selo digital, de correição presencial e de prestação de contas.

Dentre as informações reunidas no sistema estão os dados das serventias; mapa interativo que exhibe as correições presenciais em andamento, abertas e fechadas em cada município; os atos de toda a vida extrajudicial de pessoas físicas e jurídicas; prestação de contas dos interinos/interventores; além da consulta aos dados do Selo Digital, sem a necessidade de instalação do aplicativo.

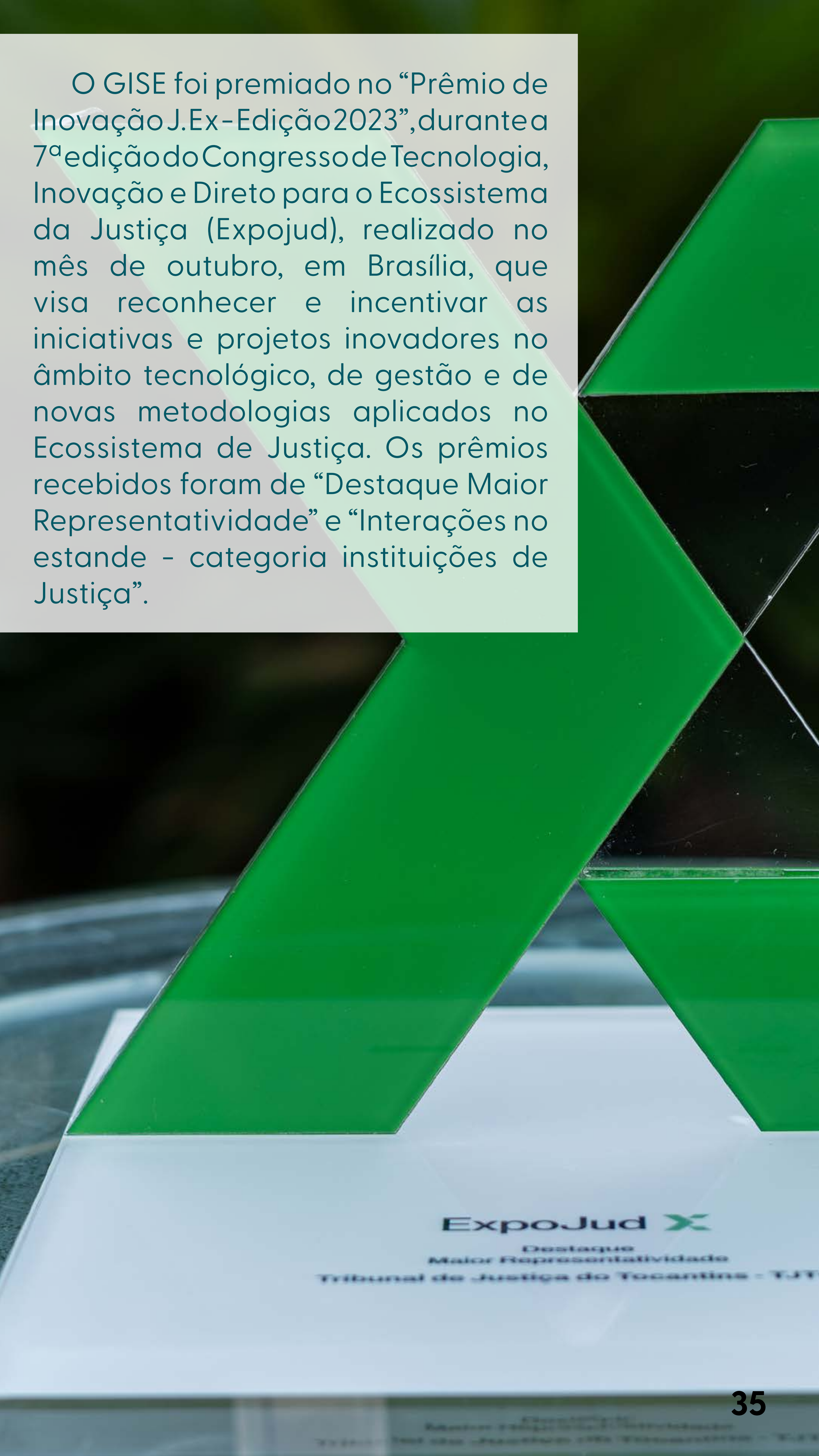
Entre as suas principais características, estão a integração dos módulos com o Selo Digital; layout responsivo, intuitivo e adaptável a dispositivos móveis; e capacidade de atender as normas jurídicas do Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos fiscais e censores.


O sistema GISE foi regulamentado pelo Provimento nº 3/2023 como ferramenta eletrônica, on-line, desenvolvida pela Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça, que tem por finalidade de:



- ✓ fazer a gestão e controle dos atos lavrados e registrados realizados pelas serventias extrajudiciais do Estado do Tocantins;
- ✓ fiscalizar e levantar dados estatísticos voltados à atuação institucional do Tribunal de Justiça, da Corregedoria-Geral da Justiça e das Corregedorias Permanentes das Comarcas, promovendo desempenho das atividades de gestão, fiscalização e correição;
- ✓ controlar e fiscalizar a arrecadação ao Funjuris, Funcivil e Funcese, e dos repasses dos valores aos registradores civis de pessoas naturais pelo Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais – FUNCIVIL;
- ✓ controlar informações sobre imóveis que já têm ou já tiveram como proprietários pessoa física ou jurídica estrangeira, em atendimento do disposto no artigo 11 da Lei Federal n. 5.709, de 7 de outubro de 1971;
- ✓ controlar os dados cadastrais dos delegatários, interinos, interventores, prepostos e do juiz de paz das serventias extrajudiciais do Estado do Tocantins;
- ✓ controlar as ocorrências que envolvam os selos de fiscalização eletrônicos, disponibilizados por meio de consulta pública;
- ✓ permitir a comunicação institucional entre a Corregedoria-Geral da Justiça e as serventias extrajudiciais.

O GISE foi premiado no “Prêmio de Inovação J.Ex-Edição 2023”, durante a 7ª edição do Congresso de Tecnologia, Inovação e Direto para o Ecosistema da Justiça (Expojud), realizado no mês de outubro, em Brasília, que visa reconhecer e incentivar as iniciativas e projetos inovadores no âmbito tecnológico, de gestão e de novas metodologias aplicados no Ecosistema de Justiça. Os prêmios recebidos foram de “Destaque Maior Representatividade” e “Interações no estande - categoria instituições de Justiça”.



**ExpoJud**   
Destaque  
Maior Representatividade  
Tribunal de Justiça do Tocantins - TJT



# ADOÇÃO E ACOLHIMENTO



No âmbito da Corregedoria Geral da Justiça, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado do Tocantins - CEJA tem como finalidade contribuir para a garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes no Estado do Tocantins, relativos ao acolhimento institucional e a adoção nacional, e exerce as atribuições de autoridade central administrativa em matéria de adoção internacional, além de outras definidas no Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Tocantins.

O monitoramento realizado através do Sistema Nacional de Ação – SNA, que tem a consolidar dados fornecidos pelos Tribunais de Justiça referentes ao acolhimento institucional e familiar, à adoção, incluindo as *intuitu personae*, e a outras modalidades de colocação em família substituta, bem como sobre pretendentes nacionais e estrangeiros habilitados à adoção, assim, abaixo segue o quadro demonstrativo de crianças e adolescentes cadastradas no SNA no Estado até outubro/2023.





Na sequência, segue o número de processos de destituição familiar em atraso no Estado até setembro/2023. Observa-se que comparativamente em relação a março/2023, houve redução de 16% em relação a última medição (setembro/2023).

número de processos de destituição familiar em atraso no Estado



Quando se compara o número de processos de destituição familiar de setembro/2023 à primeira medição realizada em abril/2021, observa-se um percentual de redução de 5%.

Abaixo, o número de processos de adoção sem conclusão há 240 dias no Estado reduziu, comparativamente da última medição realizada em setembro/2023 à abril/2021, aproximadamente 32%.

número de processos de adoção sem conclusão a 240 dias no Estado



Quanto aos processos de reavaliações de acolhimento dentro do prazo legal, houve aumento expressivo quando se considera o percentual da medição inicial realizada em abril de 2021 ao mês de setembro/2023, na ordem de 260%.

## percentual de Acolhidos dentro do prazo no Estado



Ademais, no Estado, 284 crianças e adolescentes já foram adotados nos últimos cinco anos, sendo 34 somente em 2023.

Assim, cabe à Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Tocantins, gerenciar os cadastros de pessoas habilitadas à adoção e de crianças e adolescentes em condições de serem adotados, assim como prestar auxílio nos procedimentos relativos à adoção nacional e internacional, e fazer o acompanhamento do processo pós-adotivo internacional.

Ademais foi por meio do A.Dot, aplicativo que faz a conexão de crianças e adolescentes em condições de adoção com pretendentes habilitados no cadastro nacional, que tivemos em 2023 uma adoção de criança com deficiência. O aplicativo é fruto de um convênio com o TJPR e o TJTO, via Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA).





Ainda, a Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins (CGJUS) através da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), deferiu por unanimidade o pedido de habilitação para adoção internacional de uma pretendente da Suíça. Este foi o primeiro caso de habilitação internacional julgado pela CEJA e, com o resultado favorável, a pretendente habilitada será inserida no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).



# AÇÕES SOCIAIS, INCLUSÃO E QUALIDADE DE VIDA

regedoria

o →

o e Atendimento (SEDPA)

ASMILCGJUS)

e Serviços Gerais (SETRANSP)

marcas (CCCGJUS)

marcas (NACOM)

da

onete

(Unisex)

gem





Trata-se de ações realizadas em 2023 diretamente pela Corregedoria-Geral da Justiça, ou em parceria com a Escola da Magistratura e Tribunal de Justiça, todas em prol de abordagens que envolvam inclusão, qualidade de vida e ação solidária.



Clique aqui e veja as ações da CGJUS em 2023



# DO PLANO DE CAPACITAÇÃO



10



Em 2023, foram, ao todo, 16 capacitações ofertadas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense que contemplaram o Plano de Capacitação da Corregedoria-Geral da Justiça para 2023. Nestes cursos, ao todo, 2.093 servidores e/ou magistrados foram capacitados.



Clique aqui e

[saiba mais](#)





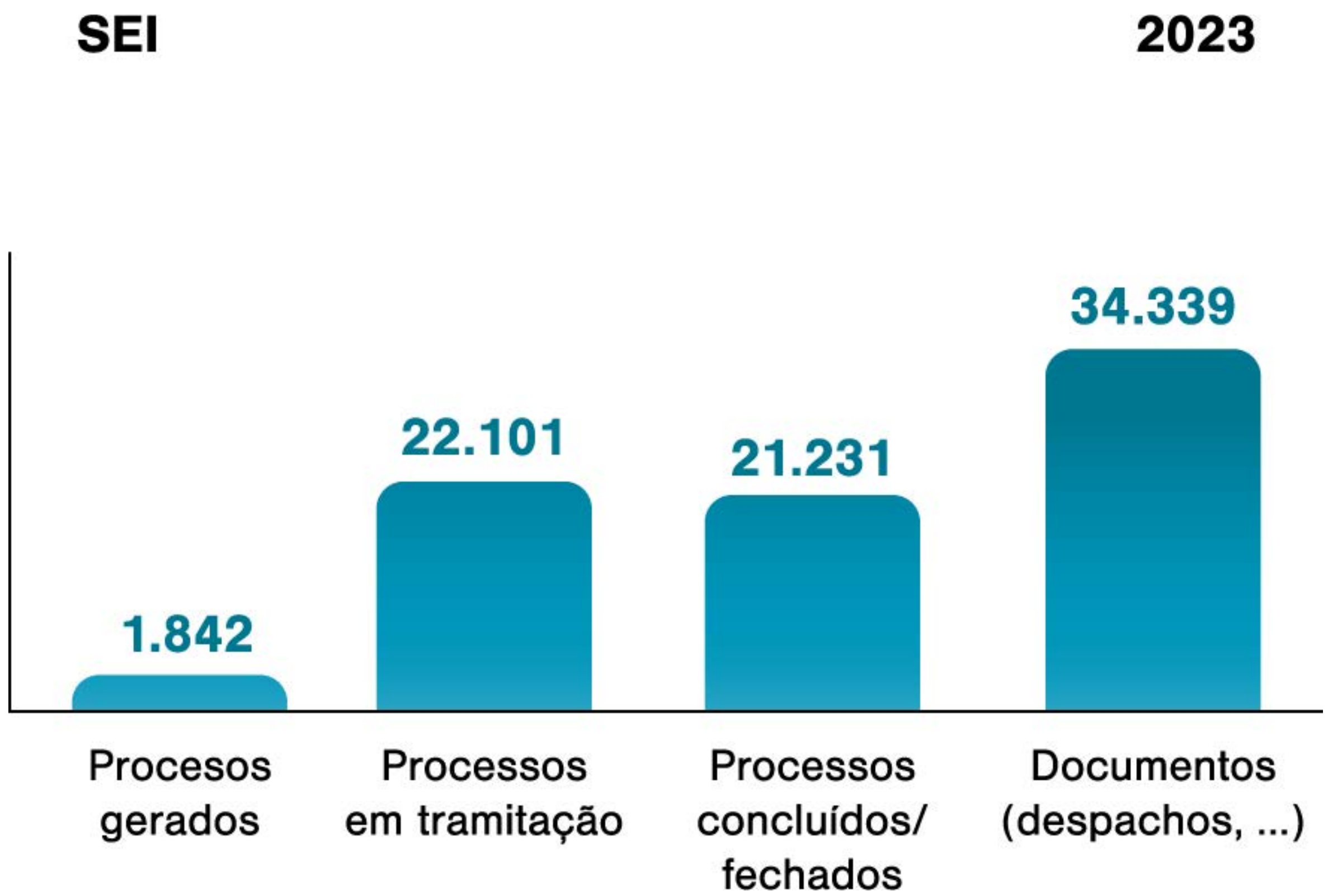
**CGJUS EM NÚMEROS**

11



## 11.1 No âmbito Administrativo (SEI)

Na área administrativa, a Corregedoria-Geral da Justiça produziu ao longo de 2023, em todas as unidades internas da Corregedoria-Geral da Justiça, a seguinte estatística:



Abaixo, segue a quantidade de processos recebidos em 2023 do Conselho Nacional de Justiça, bem como a quantidade de informações prestadas pela Corregedoria-Geral.

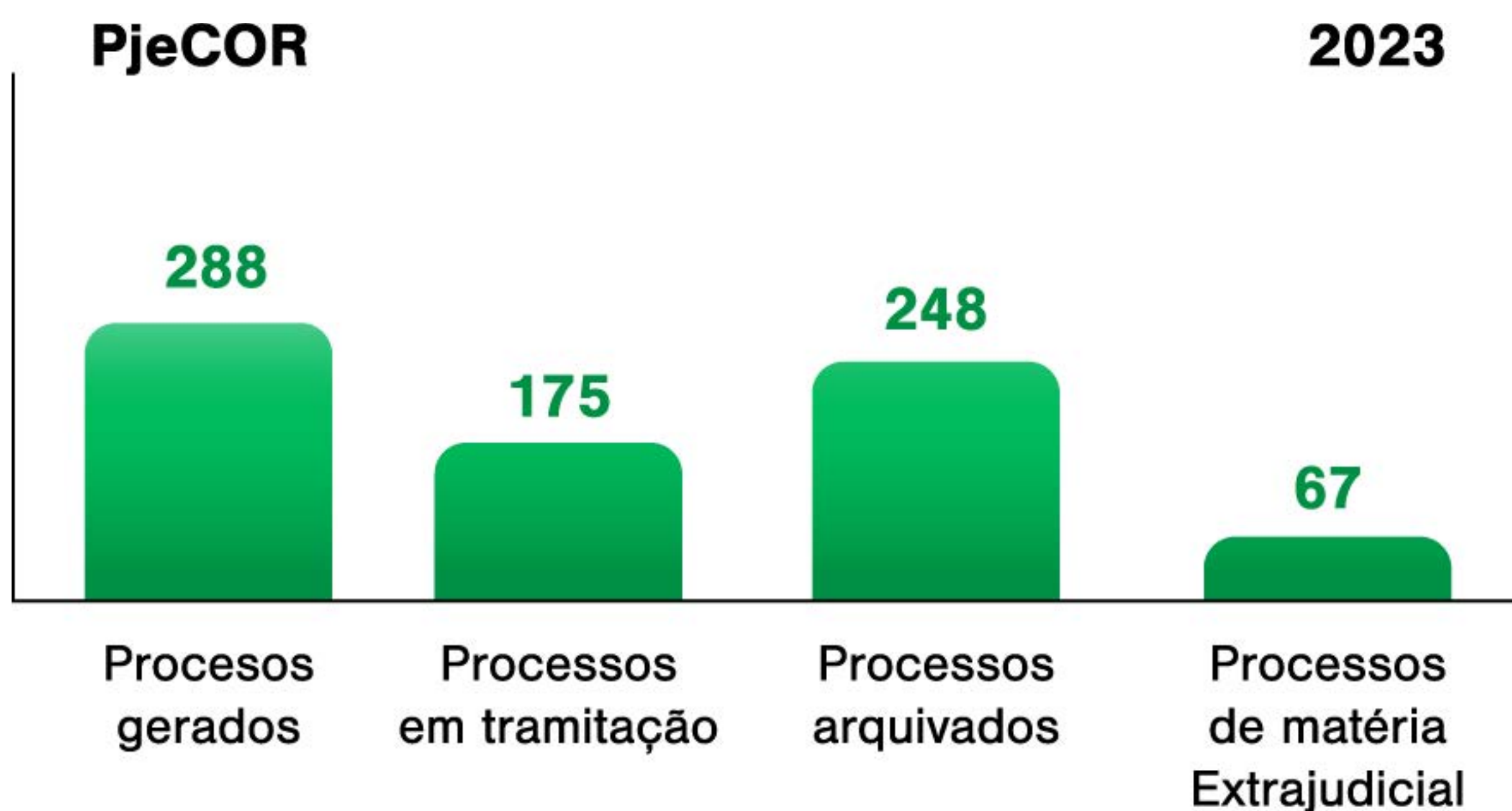
	<b>DETERMINAÇÕES RECEBIDAS DO CNJ</b>	<b>INFORMAÇÕES PRESTADAS AO CNJ</b>
<b>TOTAL</b>	32	45

## 11.2 Dos Procedimentos Disciplinares

As Comissões Permanentes de Processo Disciplinar (COMPAD) e de Sindicância (COMSID) da Corregedoria-Geral da Justiça são unidades que detêm a competência para apurar as irregularidades imputadas aos servidores da Corregedoria e de primeiro grau e extrajudiciais da Justiça do Tocantins.

A Resolução nº 132/2022 do Conselho Nacional de Justiça estabeleceu o PJeCOR como sistema para tramitação de procedimentos disciplinares nas Corregedorias dos Estados, e, do mesmo modo, o Provimento nº. 2/2023 desta Corregedoria disciplinou as regras gerais internas.

Abaixo, seguem os dados gerados em 2023, no Sistema PJeCOR relacionados aos disciplinares, vejamos:





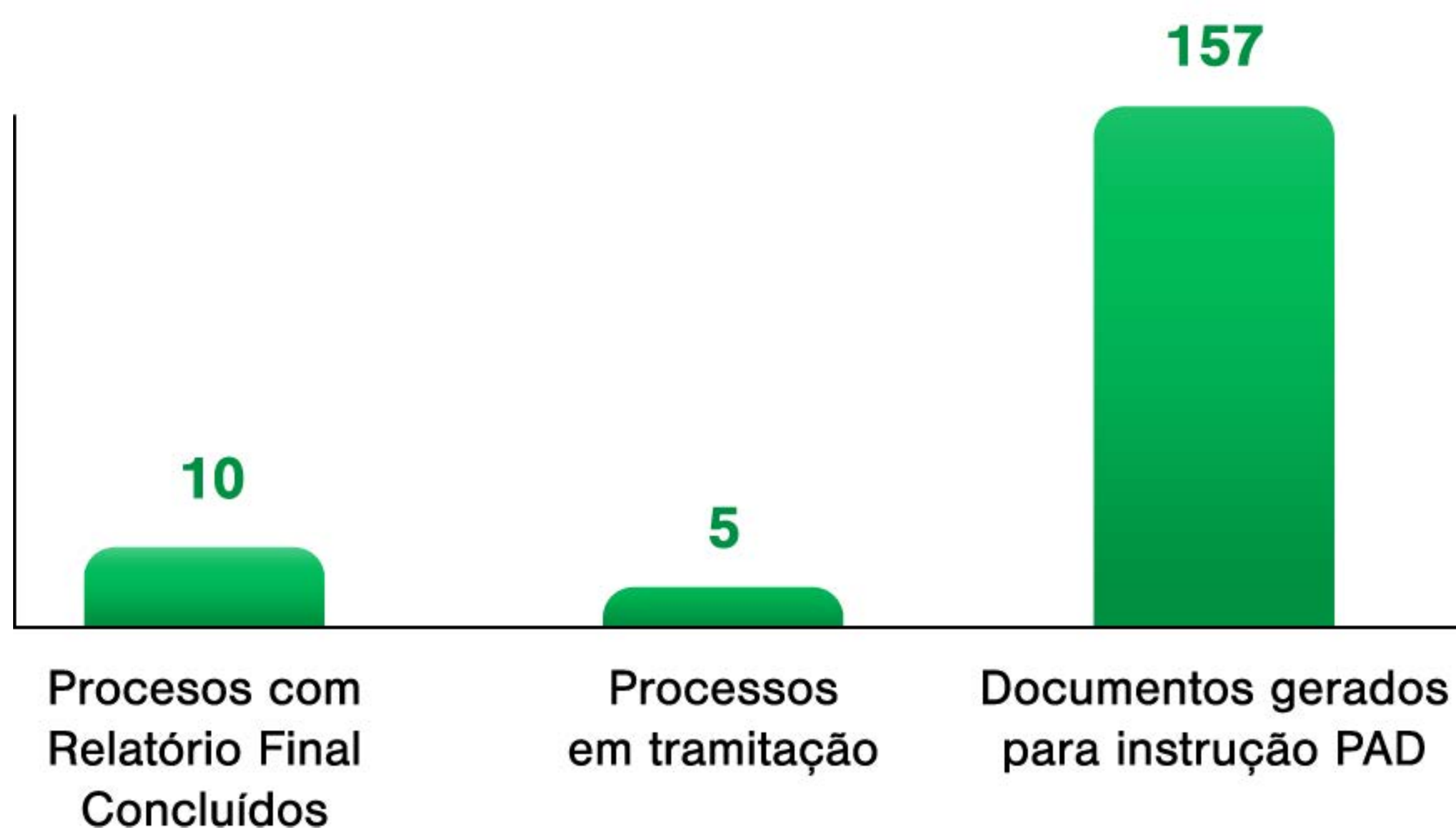
## SINDICÂNCIAS - COMSID

2023



## Processos Administrativos Disciplinares - COMPAD

2023



## 11.2.1 PJeCor tools (Painel)

O PJeCOR tools é um painel virtual para acompanhamento diário de todo o acervo de processos disciplinares em tramitação no Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Corregedoria (PJeCor), bem como as metas nacionais 1, 2 e 3 da Corregedoria Nacional de Justiça.

O painel Business Intelligence (BI) foi desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia de Informação do Tribunal de Justiça e permite o acompanhamento dos autos em cada fase de tramitação até a baixa processual.

O objetivo do painel é automatizar a coleta de dados e geração de relatórios referentes aos processos disciplinares a partir da base nas informações disponibilizadas pelo Conselho Nacional de Justiça por meio do PJeCor, e representa um avanço na gestão do acervo processual de disciplinares.

## 11.3 Estatística de TIC

Os atendimentos aos colaboradores da CGJUS são conduzidos por meio da abertura de chamados no Sistema AssystWeb (Service Desk). No período compreendido entre janeiro a outubro do ano de 2023 foram registrados e atendidos os chamados, no Sistema AssystWeb, relacionados abaixo:



Mês de abertura	Quantidade de Chamados
Janeiro	36
Fevereiro	104
Março	102
Abril	88
Maio	91
Junho	74
Julho	41
Agosto	155
Setembro	100
Outubro	57
Novembro	-----
Dezembro	-----
<b>TOTAL</b>	<b>848</b>

- Computador
- Rede / Internet
- Periféricos
- Impressoras
- Software
- Movimentação
- Sistemas
- Dúvidas
- Manutenção Preventiva
- Telefone



12

**COMISSÕES,  
COMITÊS E GRUPOS  
DE TRABALHO**





Abaixo seguem as comissões, comitês e grupos de trabalho, cujos atos constitutivos foram publicados em 2023 e possuem na composição servidores e/ou magistrados da estrutura funcional da Corregedoria-Geral da Justiça.



**Clique aqui e confira**

No que refere as Comissões Regimentais, disciplinada pela Resolução/TJTO nº.104 de 21 de junho de 2018, a Corregedora-Geral da Justiça compõe para o biênio 2023/2025, as seguintes: Conselho da Magistratura, Comissão de Orçamento Finanças e Planejamento e Comissão de Distribuição e Coordenação.

# ENCONTROS, EVENTOS E PARTICIPAÇÕES

# 13





Abaixo seguem os principais eventos, encontros e outras participações de servidores e/ou magistrados da Corregedoria Geral da Justiça, em 2023:

**Reunião Preparatória para a 1ª Semana Nacional de Identificação Civil**

**91º ENCOGE - Porto Alegre**

**24ª reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras para Adoção Internacional**

**Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção - ENAPA**

**1ª Cúpula Judicial Ambiental da Amazônia**

**2ª Reunião Preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário**

**Encontro Nacional sobre papel do judiciário na fiscalização da gestão das serventias extrajudiciais vagas**

**11ª Edição do Fórum de TIC na Justiça no TJGO**

**Encontro dos oficiais de registro de imóveis no Brasil**

**92º ENCOGE - São Luís**

**I Encontro de Adoção Internacional do Estado do Pará**

**CONIP 2023**

**2ª Reunião Preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário**

**7º Fórum Nacional de Corregedorias – FONACOR**



# ATOS NORMATIVOS 2023



14

Provimentos



Portarias



Portarias-Conjuntas



Recomendações



Editais





# AGRADECIMENTOS

Este relatório apresentou as atividades realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins no ano de 2023.

Destacamos as diversas ações realizadas em benefício do cidadão e do jurisdicionado, como também, da Administração interna da Corregedoria, do primeiro grau e do serviço extrajudicial, vez que, pautados pelo diálogo, transparência e todos os valores do Órgão, alcançamos o cumprimento da nossa Missão institucional.

Obrigado



# CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargadora MAYSA VENDRAMINI ROSAL

# VICE-CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargadora JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA

## JUIZ AUXILIAR DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DOS ÓRGÃOS DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Juiz de Direito ARIÓSTENIS GUIMARÃES VIEIRA

## JUIZ AUXILIAR SUPERVISOR DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

Juiz de Direito ESMAR CUSTÓDIO VÊNICIO FILHO

## JUIZ COORDENADOR DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Juiz de Direito WELLINGTON MAGALHÃES

## CHEFE DE GABINETE

LÍVIA GUIMARÃES FERREIRA

### Expediente:

#### Elaboração:

Assessoria de Planejamento e Projetos da CGJUS (ASPLAN)

#### Fotografia:

ASCOM CGJUS;  
Rondinelli Ribeiro;  
Internet (Bancos de Imagens).

#### Supervisão

Paula Bittencourt;  
ASCOM.

#### Diagramação, arte e ilustração

Henryque Cerqueira



**ASSESSORIA JURÍDICA DO  
GABINETE DA CORREGEDORA-  
GERAL DA JUSTIÇA**

ALEXANDRE BOCHI BRUM

EUGENIA ARANTES FERREIRA

FABIOLA APARECIDA DE ASSIS  
VANGELATOS

FERNANDO ROBERTO MALHEIROS

GIORGIO ANTONIO RODRIGUES  
NASCIMENTO

GISLAINE CARVALHO BRAGANCA

JOAO BATISTA ARAUJO ALBERNAZ

JOSE HUMBERTO ANDRADE LIMA

LORENA BORGES MARRA

NATANA GONÇALVES SANTOS

ROGERIO LIRIA BERTINI

WEBER HOLMO BATISTA

**ASSESSORIA DE  
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA  
DA CORREGEDORIA-GERAL DA  
JUSTIÇA**

PAULA MARCIA BITTENCOURT  
VIANA KLEIN (Assessora)

DANIELLA DE LIMA LÉDA

LUCAS SANTOS NASCIMENTO

TABITA RAFAELA ALVES LEITE  
(Estagiária)

**COORDENADORIA DE  
ADMINISTRAÇÃO**

GRAZIELY NUNES BARBOSA BARROS  
(Coordenadora)

AURECIO BARBOSA FEITOSA

**SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO,  
PROTOCOLO E ATENDIMENTO**

MARINALVA DA SILVA BARBOSA  
(Chefe de Serviço)

JANDARLI PEREIRA DE SOUZA

NATHALY EDUARDA GOMES  
CAVALHEIRO (Estagiária)

**ASSESSORIA JURÍDICO-  
ADMINISTRATIVA DOS  
GABINETES DOS JUÍZES  
AUXILIARES**

CAROLYNE MENDONÇA  
ROMANHOLO DA COSTA

LEANDRO DE ASSIS REIS

MICHELE DE SOUZA COSTA  
ROMERO

RAINOR SANTANA DA CUNHA

RAQUEL CRISTINA RIBEIRO  
COIMBRA

**ASSESSORIA DE  
PLANEJAMENTO, PROJETO E  
AÇÕES ESTRATÉGICAS DA**

JULIANA ALENCAR WOLNEY  
CAVALCANTE AIRES (Assessora)

ALECSANDRE ALVES OLIVEIRA

LEILA MAIA BEZERRA

**ASSESSORIA DE TECNOLOGIA  
DA INFORMAÇÃO E DE GESTÃO  
DE SISTEMAS**

AFRÂNIO VILAR FREIRE DE  
CARVALHO (Assessor)

EMILIANO TEIXEIRA LOPES  
VASCONCELOS MARANHÃO

JOSE SILVA DE SOUSA

LEONARDO SILVERIO DE SOUZA  
ALMEIDA

FELIPE FERREIRA SOUSA (Estagiário)

**SECRETARIA ADMINISTRATIVA,  
PROCEDIMENTO E ARQUIVO**

ELESBÃO OLIVEIRA CAVALCANTE  
(Chefe de Divisão)

ALINE FEITOSA SOUSA

CARLOS ALBERTO PITOMBEIRA

LUCIANA ROCHA AIRES DA SILVA

MONICA MARIA NUNES MENDES

**SERVIÇO DE REGISTRO  
FUNCIONAL, CONTROLE E  
CADASTRO DE PESSOAL**

MARIA AUGUSTA BOLENTINI  
CAMELO (Chefe de Serviço)

**SERVIÇO DISCIPLINAR E  
DE MOVIMENTAÇÃO DE  
MAGISTRADOS**

RAELZA FERREIRA LOPES  
(Chefe de Serviço)

**DIVISÃO DE CORREIÇÃO E  
INSPEÇÃO**

JULIANE FERREIRA TAVARES  
(Chefe de Divisão)

ANGELA MARIA FORNARI

CELIA REGINA CIRQUEIRA BARROS

ECIO MARQUES DA SILVA

RONEY DACIO LOPES

**DIVISÃO DE MONITORAMENTO  
PÓS-CORRECIONAL**

MARISTELA ALVES REZENDE  
(Chefe de Divisão)

**COORDENADORIA DOS  
SERVIÇOS NOTARIAIS E DE  
REGISTRO**

WAGNER JOSE DOS SANTOS  
(Coordenador)

ADRIELLE AMANDA SANTOS SILVA  
(Estagiária)

ANA KAROLINE SILVA LIMA  
(Estagiária)

GABRIEL OLIVEIRA FERNANDES  
(Estagiário)

**SERVIÇO DE TRANSPORTE,  
PATRIMÔNIO E SERVIÇOS  
GERAIS**

JUVENIL RIBEIRO DE SOUSA  
(Chefe de Serviço)

**COORDENADORIA DE  
CORREIÇÃO, PLANEJAMENTO E  
APRIMORAMENTO DA PRIMEIRA  
INSTÂNCIA**

RENATO ALVES GOMES  
(Coordenador)

BRUNA DA SILVA COSTA (Estagiária)

JULIO CÉSAR SOUSA SILVA  
(Estagiário)

VITÓRIA SILVA ARAÚJO WERMUTH  
DE CARVALHO (Estagiária)

**DIVISÃO DE MONITORAMENTO  
DE METAS E INDICADORES**

JULIANA FERREIRA PINTO RIBEIRO  
(Chefe de Divisão)

ALINE BOTELHO DA CRUZ

**DIVISÃO DE SUPORTE AO  
PLANEJAMENTO E À GESTÃO**

FERNANDA PONTES ALCÂNTARA  
(Chefe de Divisão)

**DIVISÃO DE  
ACOMPANHAMENTO E  
MONITORAMENTO DAS  
ATIVIDADES CORRECIONAIS  
E DE FISCALIZAÇÃO DOS  
SERVIÇOS NOTARIAIS E DE  
REGISTROS**

FERNANDO CESAR OLIVEIRA  
(Chefe de Serviço)



**DIVISÃO DE CORREIÇÃO,  
INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE  
REGISTRO**

CARLA REJANY PIMENTA DE  
ANDRADE (Chefe de Serviço)  
VINICIUS ALENCAR MELO VALE

**COORDENADORIA DA  
CIDADANIA**

LUCIANE RODRIGUES DO PRADO  
FARIA (Secretária)

**COMISSÃO PERMANENTE DE  
SINDICÂNCIA**

SILMA PEREIRA DE SOUSA OSTER  
(Presidente)

**NÚCLEO DE PREVENÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

ANDREIA CRISTINA DE CAMARGO  
MODOLO (Secretária)  
ADRIANA MOREIRA PRIMO  
ALLYCE VITORIA REZENDE DA SILVA  
ANA CAROLINA MOURA DA SILVA  
ANDRE LUIS MARQUES BRAGA  
ANDRESSA CAROLINE SILVA LEITÃO  
GOMES  
ANNA LUIZA VIANA E SILVA  
RODOVALHO  
ARTUR CHAVES DA SILVA  
BELMIRO GOMES NETO  
CAMILLA ARAUJO MATOS  
CARCIANE DA SILVA GUIMARÃES  
CINTHIA CAMILLA ALVES  
DEILANE BARROS RAMOS  
EDEGAR ARTHUR HAGESTEDT FILHO  
ELIANE ALVES E SILVA  
FAELMA MENDES BATISTA CORREA  
HAILNA ALVES FONSECA  
HIGOR EMMANUEL COSTA AMORIM  
ISABELA MARIA GALANTE DOS SANTOS  
ISLA MARIA DE JESUS  
JELCIRENE DA SILVA

**COMISSÃO ESTADUAL  
JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO (CEJA)**

ANA MARA CARNEIRO MOURÃO  
(Secretária)  
DANIELA FONSECA CAVALCANTE  
FRANÇA  
ISABELLA SOLE SAMPAIO MUNIZ  
JEFFERSON ALEXANDRE MEDEIROS  
DE SOUSA

**COMISSÃO PERMANENTE DE  
PROCESSO ADMINISTRATIVO  
DISCIPLINAR**

ARYLMA ROCHA BOTELHO  
(Presidente)

JESSICA BENEDETTI MIROVSKI  
LARA OLIVEIRA BRAGA  
LÁZARA VAZ VIANA  
LUANA KAROLINE DE LIMA PANIAGO  
LADEIA  
LUCAS RESENDE ROCHA  
MASCARENHAS  
LUDIANA COSTA  
MARIA CLARA TAVARES SANTANA  
MARIA HELOÍSA DANTAS BATISTA  
MARIA VICTÓRIA CARVALHO SILVA  
SALES  
MAVIA AMERICO DE CASTRO  
MIRELA CAITANO DA SILVA RIBAS  
MONICA GRAZIELLA SILVERIO DE  
SOUZA ALMEIDA  
NATÁLIA FÉLIX DE ARAÚJO TEIXEIRA  
RAYLANE ALENCAR SOARES  
RENATTO PEREIRA MOTA  
SINTYA DOS SANTOS SANTOS  
SUSAN LORENN UCHOA DE OLIVEIRA  
TATIANE ALVES DA SILVA  
VINICIUS VIEIRA CUPIM  
YOHANNA ALVES DE ANDRADE